

Editorial N° 01/2022

Celebremos juntos os 25 anos de Ambiente & Sociedade

Pedro Roberto Jacobi ¹

São Paulo. Vol. 25, 2022

Editorial

¹ Editor-Chefe da Revista Ambiente & Sociedade. Professor Titular da Faculdade de Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, ambos da Universidade de São Paulo, Brasil.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoceditorialvu2022L1ED>

Este 1º editorial de 2022 celebra os 25 anos de Ambiente & Sociedade (A&S), uma das primeiras revistas da área no Brasil, lançada em 1997 pela articulação interinstitucional de docentes e pesquisadores(as) brasileiros(as), na sua maioria atuando nas áreas de sociologia, política e antropologia com foco no fortalecimento de uma visão interdisciplinar das múltiplas interfaces em ambiente e sociedade. A equipe que assumiu a responsabilidade editorial foi composta até 2011 por Lucia da Costa Ferreira (NEPAM/Unicamp), Hector Leis (UFSC) e Pedro Roberto Jacobi (PROCAM/USP).

Tratava-se de uma área de conhecimento que à época ainda era muito incipiente, mas que em 2011 foi formalizada como Ciências Ambientais junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), contando hoje com 141 programas de pós-graduação em todas as regiões do país. A motivação deste grupo de pesquisadores(as) era de ampliar o escopo de difusão da produção científica e consequentemente do diálogo entre as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Naturais e Ambientais.

Essa abordagem integrada representou uma perspectiva inovadora e, ao mesmo tempo, um grande desafio ao trazer para o debate questões que se anunciavam como resultado da degradação progressiva do ambiente. Esses preocupantes impactos, que observamos a cada relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), já vinham, desde o início dos anos 1990, ilustrando as profundas interferências da atividade humana na capacidade de suporte dos ecossistemas do planeta, conforme às discussões e encaminhamentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Ao longo deste período, ampliou-se a capacidade de pesquisa sobre os impactos antropogênicos e, sob a denominação de Antropoceno, a compreensão dos impactos das ações humanas como a força dominante de mudanças da biosfera e para a sociedade global. Ampliam-se também as perspectivas de uso sustentável dos sistemas naturais, as quais passaram a sinalizar para um futuro [desejado] possível de ser construído em paralelo a um futuro [indesejado] possível de ser evitado.

Os membros do grupo fundacional de Ambiente & Sociedade priorizavam, naquele momento, criar um meio de difusão em torno da necessária reflexão sobre os desafios que despontavam para enfrentar os crescentes e complexos problemas socioambientais, e contribuir para uma possível reversão de suas causas considerando a dinâmica de racionalidade existente.

A aposta na interdisciplinaridade pautou-se pela necessidade de promover a interação entre disciplinas e áreas de conhecimento e o amplo diálogo com toda a sociedade, superando-se a compartimentação científica provocada pela excessiva especialização. A visão prevalente desde o lançamento do periódico enfatiza a importância dos processos sociais que determinam as formas de apropriação da natureza e suas transformações por meio da participação social, ou sua ausência, na gestão dos recursos ambientais, assim como as práticas dos diversos atores sociais e sua relação com o meio ambiente.

A Revista contou inicialmente com o fundamental apoio administrativo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Unicamp. A partir de 2011 a Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), criada em 2000, assumiu a gestão da Revista. Desde 2011 a revista vem sendo publicada em versão digital, como parte da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), sendo também indexada na base Scopus. Atualmente a Revista Ambiente & Sociedade tem formato anual, publicando em torno de 70 artigos em média a cada ano. Ressalta-se a importância da produção acadêmica livre de grupos editoriais comerciais e em formato aberto (open access), possibilitando maior visibilidade [a revista é indexada nas principais plataformas internacionais], acesso e o sentido fundamental de difusão livre da produção científica em associação com uma seletiva política editorial. Os artigos publicados devem atender critérios de qualidade como a pertinência ao foco da revista, qualidade da pesquisa, sólida revisão bibliográfica e estruturação metodológica, contribuição para o avanço do conhecimento e abordagem interdisciplinar e fertilizadora.

Mas mais que isso, deve-se destacar o pioneirismo da Ambiente & Sociedade na abordagem da temática no Brasil, permitindo que muitos jovens pesquisadores tivessem seus artigos publicados e dando visibilidade a uma forma diferente de abordar temas ambientais. Assim, mais que um veículo de comunicação científica altamente qualificado, a revista configurou-se (e configura-se ainda) como um espaço de formação, experimentação e emancipação da visão do Sul Global. A singularidade da Revista Ambiente & Sociedade também caracteriza-se pela interdisciplinaridade dos artigos e diversidade de temas, motivo pelo qual a Revista é avaliada pela Qualis Periódicos em 25 áreas do conhecimento.

A&S tem contribuído com a ciência brasileira e mundial ao longo do tempo, publicando trabalhos científicos de colaboradores nacionais e internacionais que, numa perspectiva interdisciplinar, versam sobre os mais variados tópicos que demandam, pela sua complexidade e urgência, permanente atualização e diálogo com os temas emergentes em nível global.

O aumento no número de artigos submetidos à revista ao longo do tempo, fruto do alcance da divulgação e da qualidade dos trabalhos publicados, reflete o crescente reconhecimento da revista por docentes, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação, gestores públicos, técnicos da área ambiental e outros públicos interessados de áreas afins que tratam da questão de meio ambiente em suas diversas perspectivas, não apenas do Brasil, mas também no exterior. Essa nova realidade tem demandado uma mudança organizacional, pois a manutenção da sua qualidade implica em recursos vinculados com a produção editorial em geral. Dentre eles destacam-se a assessoria editorial e de comunicação, o processo de revisão dos artigos e serviços de tradução de editoriais e de material de divulgação, diagramação e, mais recentemente, conversão de arquivos para o formato XML, atendendo aos critérios de permanência do SciELO.

Para tanto o corpo editorial da Revista foi ampliado e atualmente é constituído pelo Editor-Chefe, Conselho Executivo Editorial, Editores Adjuntos, Editores Associados, Conselho Editorial, Editores Assistentes e Secretaria Executiva Editorial. Destacamos, ainda, o papel dos(as) pareceristas do Brasil e do exterior que, ao longo de todos estes anos, tem sido de fundamental importância para garantir a qualidade dos artigos publicados.

Para o funcionamento da revista, um grupo amplo de pesquisadores e docentes

está engajado de forma voluntária e coopera nas diversas atividades demandadas por uma publicação científica. Ao longo dos anos, o Conselho Editorial tem dado um importante apoio para que a *Ambiente e Sociedade* fortaleça a área de conhecimento das Ciências Ambientais junto a um público cada vez mais amplo e diversificado. A colaboração de tantas pessoas tem tornado *Ambiente & Sociedade* uma revista que se concretiza por uma dinâmica colaborativa, em tempos em que os recursos para publicações diminuem. Nesse contexto, também cabe destacar o papel da A&S no sentido de capacitar seus editores e colaboradores para trabalhar com processos cada vez mais organizados, integrados e documentados.

Temos atualmente como principal objetivo do corpo editorial a ampliação da visibilidade dos trabalhos de pesquisadores(as) brasileiros e latino-americanos junto a um público internacional, em que há prevalência da língua inglesa. Por isso, optamos por publicar os artigos em formato bilíngue, também estimulando, para além do inglês, a publicação na língua espanhola.

Nos últimos anos *Ambiente & Sociedade* tem se tornado uma referência regional que se singulariza pelo fato de congregar uma multiplicidade de pesquisadores(as), estudantes de pós-graduação e graduação, gestores públicos, técnicos da área ambiental e públicos interessados, não apenas do Brasil, mas também do exterior, sobre os temas transversais que dialogam com a questão socioambiental.

Muitas são as lembranças de tantas pessoas que tem contribuído ao longo dos anos para que A&S se consolidasse junto ao campo de conhecimento, garantindo a qualidade editorial numa perspectiva interdisciplinar associada à necessidade de publicar artigos que dialoguem com as dinâmicas que caracterizam os principais desafios dos tempos em que vivemos. Neste momento de celebração, é essencial destacarmos, com muita emoção, os amigos que deixaram de estar entre nós, como Daniel Hogan, um grande apoiador desde o início, e Hector Ricardo Leis, que participou de forma muito colaborativa e com pleno compromisso, desde sua criação até pouco antes do seu falecimento.

Neste momento agradecemos a todas e todos os colegas que contribuíram ao longo destes anos para sua criação, consolidação e substancial valorização perante os campos de conhecimento que *Ambiente & Sociedade* contempla, garantindo seu pioneirismo na abordagem da temática no Brasil. Isto tem permitido que muitos jovens pesquisadores(as) tenham seus artigos publicados ampliando, assim, a visibilidade da produção em torno de temas inovadores que mobilizam a comunidade científica.

Também gostaríamos de comemorar os nossos 25 anos introduzindo uma nova identidade gráfica para a Revista *Ambiente & Sociedade*. O nosso primeiro logo foi desenhado por Carlos Thadeu, em seguida por Nicolas Bujak e o novo por Igor Chaves, um de nossos colaboradores, em conjunto dos membros de editores e da secretaria. A ideia que buscamos é demonstrar a pluralidade e diversidade que é a nossa sociedade e nossas pesquisas e como esses valores servem de premissa em nosso trabalho.

Nossos sinceros agradecimentos a todas e todos que nos apoiam e colaboram para que *Ambiente & Sociedade* seja um veículo editorial que amplia a difusão da inovação na reflexão sobre as transformações em curso na sociedade global e as fronteiras de co-

nhecimento. A trajetória da Revista confunde-se com sua missão, sendo um exemplo de um processo rico e colaborativo de construção e disseminação do conhecimento.

Com o firme compromisso de continuarmos com esta tarefa, e com muita alegria, abrimos o **Volume 25 da Revista Ambiente & Sociedade**.

O manuscrito: **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e a coordenação da política de acesso e repartição de benefícios no Brasil**, onde as autoras: **Biancca Scarpeline de Castro e Anna Carla Carvalho Dos Santos** discutem o funcionamento do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) desde a promulgação da Lei nº 13.123/2015 até dezembro de 2019. Verificaram que o CGen é uma liderança na aplicação da lei; contudo, a baixa participação dos beneficiários da política e dos representantes dos estados e municípios colocam a efetividade da política em xeque.

Os autores: **Spensy Kmitta Pimentel e Paulo Dimas Rocha de Menezes**, no artigo: **A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica**, propõem reflexões sobre o encontro de saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos como referência pedagógica de uma educação descolonizadora, e discutem como os questionamentos estabelecidos no âmbito da ecologia política conectam-se à descolonização epistêmica no âmbito de uma estratégia de luta emancipatória.

Com base no método de análise de documentos de política e a abordagem teórica dos Estudos da Ciência e a Tecnologia, os autores: **Andrea Lampis e Célio Bermann** trazem à tona a relevância de reformular todo o processo de regulação da energia distribuída em termos de uma tentativa de construir uma narrativa de controle sobre as inovações técnicas com potencial para democratizar o acesso e uso dos serviços de energia. No artigo: **Narrativas de Política Pública e Governança da Energia Distribuída no Brasil**.

No artigo: **Disposição à restauração florestal de proprietários rurais na região do médio Rio Doce – MG**, os autores **Caroline de Souza Cruz Salomão, Letícia Santos de Lima e Raoni Guerra Lucas Rajão** analisaram a disposição dos proprietários rurais à recuperação florestal voluntária e à regularização (Lei Federal 12.651/2012) na região do médio Rio Doce (MG). Os resultados indicam que 86% dos proprietários reconhecem como alta a importância da manutenção da cobertura vegetal, destacando benefícios como redução da erosão (86%) e aumento da vazão de nascentes (73%).

Os autores **André Ruoppolo Biazoti e Marcos Sorrentino**, no artigo: **Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**, investigam o engajamento político em hortas comunitárias existentes em São Paulo, e evidenciam que é possível considerar que há afetos que potencializam os sujeitos a se engajarem em mudanças significativas para a gestão territorial, possibilitando a formação de um coletivo ampliado de atuação que institui formas únicas de gestão que se confrontam com os poderes instituídos.

No artigo: **Mortalidade das grandes araras por eletrocussão em área urbana, Campo Grande, Mato Grosso do Sul**, as autoras: **Larissa Tinoco, Aline Calderan, Sabrina Cristiane Appel, Eliane Vicente e Neiva Maria Robaldo Guedes** evidenciam que o tamanho corporal, a envergadura das asas e o comportamento das araras, bem como a proximidade das estruturas elétricas com os recursos alimentares e de nidificação favo-

receram as chances de eletrocussão. Concluem que é necessário desenvolver medidas de mitigação para conciliar o desenvolvimento sustentável de uma cidade com a conservação da biodiversidade.

Os autores: **Tiago Machado Castelli e André Andrade Longaray** analisam a influência de práticas de TI Verde associadas a compra, uso e pós-uso conscientes de equipamentos tecnológicos, trazendo como principal contribuição, uma escala de avaliação de ações sustentáveis referentes à Tecnologia da Informação em nível individual, e cujos resultados podem despertar interesse na comunidade científica a desenvolver novos estudos sob a perspectiva adotada. No artigo: **Análise da tecnologia da informação verde sobre a perspectiva da consciência socioambiental do indivíduo.**

Analisando os aspectos teóricos-empíricos do desenvolvimento com as Estações de Transbordo e Carga (ETC) e os desafios à saúde, os autores: **Franciele Burlamaque Maciel, Júlio Cesar Schweickardt, Jéssica Burlamaque Maciel e Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, no artigo: **Saúde e Desenvolvimento na Amazônia que “queremos”,** concluem que o planejamento para e na Amazônia necessita incluir as populações tradicionais da região, assim como apontar para modelos alternativos ao desenvolvimento, especialmente quando está em questão a saúde e a sobrevivência de culturas, ecossistemas e as várias formas de vida.

Os autores: **Pilar Carolina Villar e Ricardo Hirata**, no artigo: **Governança das Águas Subterrâneas e a Construção de Indicadores Jurídicos para os Estados Brasileiros**, identificam as obrigações jurídicas federais relacionadas à governança dessas águas e constroem uma ferramenta que permita avaliar se elas foram incorporadas e aplicadas pelos Estados. Concluem que a legislação federal garantiu um standard de mecanismos para a gestão estadual, a partir dos quais foi possível estruturar o Sistema de Avaliação de Governança das Águas Subterrâneas (Sagas), composto por 48 indicadores principais e 25 subordinados.

Finalmente, no artigo: **Instrumentos de comando e controle para a conservação da natureza em terras privadas sempre fracassam?**, os autores **Lauro de Camargo Neto, Eleri Rafael Muniz Paulino e Victor Eduardo Lima Ranieri** analisam, a partir da percepção dos proprietários, o alcance do Projeto Formoso Vivo no que tange à adequação dos imóveis rurais ao regime jurídico-ambiental vigente que trata da proteção da vegetação nativa. Demonstram que todos os entrevistados reconhecem a importância do projeto e consideram possível conciliar a produção econômica da propriedade rural com as exigências de áreas destinadas à conservação.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura!

Referências

JACOBI, P.R. 2012. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. et al. (Eds.) **Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2012. Cap. 12, pp.343-361.

Pedro Roberto Jacobi

2022;25:e00001

✉ prjacobi@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6143-3019>